

Processo Ryanair / Portway:

**Basta de precariedade e exploração! Travar o despedimento colectivo!
O Governo pode e deve intervir!**

A ruptura anunciada entre a Portway e a Ryanair (28 de Março em Faro, Junho no Porto e Julho em Lisboa) representa um passo mais no processo de desestabilização do handling, conduzido pelos sucessivos governos, estimulado pela União Europeia, pelos interesses das multinacionais do sector e pelo impulso permanente dos que vivem da exploração do trabalho alheio: conseguir mais trabalho por menos dinheiro.

Só a unidade e luta dos trabalhadores tem impedido que a exploração no handling cresça tanto como deseja o grande capital, e só a unidade e luta dos trabalhadores poderá inverter este caminho.

Mas para isso é importante ter claro o que pode ser feito para travar e inverter o crescimento da exploração no sector e **compreender melhor a história do processo.**

É preciso recordar que a Portway assistiu a Ryanair sempre com perdas económicas, sempre praticando preços abaixo de custo. E porquê? Porque esse foi um dos mecanismos utilizados pelo Estado Português para financiar as «low-costs». E recordar igualmente que o processo de «liberalização» do handling, na sua fase inicial, colocou duas empresas públicas a concorrer uma com a outra, praticando preços abaixo dos custos de produção e pressionando sistematicamente para baixo o preço da força de trabalho - congelando salários, desregulamentando, suspendendo direitos, etc.

A ANA, enquanto empresa pública, aceitou que a «sua» Portway perdesse dinheiro para trabalhar para a Ryanair por duas razões: (1) porque essas eram as orientações que recebia do poder político; (2) porque acreditava que o que perdia na assistência em escala recuperava no «atrair» dessas low-costs para o país.

Com a privatização da ANA, a multinacional passou a olhar o processo com outra frieza. Se não dá lucro, não interessa. Quer manter a Ryanair mas não quer perder dinheiro a fazer-lhe a assistência em escala. E é por isso que desde a primeira hora que a Vinci pretende «libertar-se» deste «encargo».

Quando se deu a «liberalização» dos voos para os Açores, as autoridades portuguesas permitiram à Ryanair a realização da Assistência em Escala através

de um esquema ilegal e fraudolento. A Ryanair simulava passar a fazer self-handling mas na realidade subcontratava a operação a um operador sem as necessárias licenças (groundlink) e não sujeito a quaisquer contratação colectiva, conseguindo níveis de exploração brutais, com trabalhadores a tempo parcial e sem horários.

O Estado português deveria nesta altura ter intervido firmemente impondo o respeito pela lei e pelo trabalho com direitos. Fez o oposto. Interveio vergonhosamente, por via da ANAC, do Governo Central e do Governo Regional, pisando todas as leis e regulamentos, ajoelhando-se aos pés da Ryanair. Não apenas fingiu não ver as fraudes, como ignorou as ilegalidades e ainda produziu pareceres «jurídicos» que afirmavam o absurdo (neste caso, que para os Açores o número de operadores era ilimitado, só haveria limitações para os grandes aeroportos).

Claro que a multinacional sentindo esta postura do Estado Português, de imediato reivindicou igual tratamento para o restante país. E exigiu à Portway que perdesse ainda mais dinheiro com a Assistência à Ryanair senão passaria a generalizar o seu falso self-handling. E quando uma multinacional se recusou a alimentar outra, seguiram o caminho de sempre: **impor aos trabalhadores os custos dos futuros benefícios de ambas.** E é assim que se chega ao rompimento entra a Portway e a Ryanair, com a Portway a preparar-se para um gigantesco despedimento colectivo (ou mesmo para uma insolvência) e com a Ryanair a preparar-se para fazer a sua operação recorrendo à fraude e à ilegalidade.

Fazer esta história (ainda que resumida) é importante para podermos ter claro duas coisas:

- (1) **Que todo este processo só acontece devido à cumplicidade do Estado Português**, pelo que é importante reivindicar uma outra intervenção desse mesmo Estado;
- (2) Que colocar em concorrência o preço da força de trabalho em cada empresa é o mecanismo que está ser usado para impor reduções brutais desse preço, e que é fundamental **a todos** os trabalhadores do handling conseguir impor um contrato colectivo sectorial que impeça que a concorrência determine que vence quem mais conseguir explorar os respectivos trabalhadores.

Estas conclusões ajudam-nos na hora de definir os objectivos de luta.

Uma contratação colectiva que abranja todos os trabalhadores do handling (todos os da Portway e da SPDH, mas igualmente para todos os trabalhadores das restantes operadoras e subcontratadas) é uma justa reivindicação cuja concretização só depende de um ainda maior reforço da Unidade e da Luta dos trabalhadores. Todos os esforços são poucos para conseguir esse reforço da unidade e da luta organizada de todos trabalhadores do handling.

Mas paralelamente à indispensável luta para impor ao patronato do sector uma contratação colectiva, é fundamental exigir do Estado Português que adopte uma outra postura. E vamos dar exemplos concretos do que pode e deve ser feito rapidamente:

- O Estado português deve exigir o cumprimento da contratação colectiva para acesso às licenças de handling, e retirar essas licenças a quem não o faz;

- O Estado português deve impedir as práticas de falso self-handling. Se a Ryanair quer fazer self-handling, tem que o fazer contratando trabalhadores para o efeito e aplicando-lhes a contratação colectiva existente, ou então, tem que contratar os serviços dos operadores licenciados;

- O Estado português deve limitar o número de operadores por aeroporto, e aos alemães (alguns com fardas do PSD/CDS) que lhe «ensinam» que o melhor é alargar ainda mais, recordar-lhes que Frankfurt está limitado a 2 operadores de handling;

- A ANAC e a ACT devem passar a ter uma intervenção efectiva contra a desregulamentação, em vez de continuarem a comportar-se como cúmplices de todos os processos de precarização e incremento da exploração.

Foi neste sentido que o PCP apresentou no dia 15/1/2016 o seu projecto de resolução «Assistência em Escala em Portugal: combater a precariedade, promover a segurança, a qualidade e a fiabilidade do transporte aéreo», que foi discutido no passado dia 16 de Março na Comissão de Economia, e irá ser votado em plenário nas próximas semanas (<http://dorl.pcp.pt/images/DocumentosPDF/2016/jan/PJRassistenciaescalPCP.pdf> - O PCP informará todos os trabalhadores do sector da data da votação desta iniciativa na Assembleia da República).

Acreditamos que é possível travar o caminho de crescente exploração dos trabalhadores do handling. Acreditamos que é possível travar o despedimento colectivo na Portway, e impor à Ryanair que respeite as leis da República se quer operar em Portugal.

Até porque é importante ter presente que, da mesma forma que a Ryanair «aprendeu» nos Açores que podia violar todas as leis para conseguir maiores lucros, se a Ryanair conseguir levar a sua avante, serão todas as outras companhias - incluindo a TAP - que «aprenderão» igualmente, e a pressão para a redução de salários e direitos aumentará brutalmente na própria SPDH.

É por isso que é fundamental uma resposta colectiva, de todos os trabalhadores do handling: contra a precariedade e a precarização; contra a exploração e os baixos salários; por uma contratação colectiva para o sector que obrigue todos os operadores.

Os trabalhadores do handling podem continuar a contar com o PCP! Mas é na unidade e luta dos trabalhadores que está a chave para o sucesso da sua luta!

Organiza-te: Adere ao PCP!

Contra a precariedade e a exploração, pelo direito ao trabalho com direitos!

UNIDADE E LUTA, O CAMINHO DE QUEM TRABALHA!

21 Março 2016

**Sector dos Transportes OR Lisboa
Partido Comunista Português**

